

## **SOBRE AS EFICÁCIAS**

**Cláudio Perani**

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º 150, mar./abr. 1994, p. 48-54.)

### **1. INTRODUÇÃO**

Os apóstolos Pedro e João sobem ao Templo de Jerusalém para rezar. São seguidores de Jesus, que introduziu a Lei nova do amor, mas aceitam as estruturas religiosas do Templo. Diante da Porta Formosa, encontram um coxo que pedia esmola. Homem necessitado, como muitos outros, não tinha outra perspectiva ou esperança a não ser aquela da esmola. Vivia uma situação de dependência: daqueles que o traziam ao templo e daqueles que lhe davam esmola. É a situação da maioria do povo explorado, pobre e dependente.

Pedro e João, homens simples e sem instrução na visão dos membros do Conselho Superior, diante do esmoleiro esquecem a oração, param e olham para ele, pedindo ao coxo a mesma coisa: “Olhe para nós!”. A relação entre os discípulos e o coxo sai do anonimato de mil casos semelhantes, torna-se pessoal, íntima e amiga. O homem olhou, esperando “receber algo”. Era a única esperança que tinha. Acostumado a receber esmola, não podia ter outras expectativas que o libertassem dessa sua dependência.

Pedro e João não podem dar uma esmola. Eles também são pobres, não têm nem ouro nem prata. E se tivessem? Talvez teriam dado algo. Em todo caso, nesta situação de pobreza, são forçados a não dar coisas, apesar do pedido do caso, mas a dar algo de diferente, aquilo que tinham: a fé no nome de Jesus. No caso concreto, a fé em Jesus significa confiança no coxo. Pedro estende sua mão direita, oferece sua solidariedade e apela para a iniciativa do coxo: “Levante-se e ande!”. E o coxo deu um pulo e começou a andar! O resultado não é simplesmente uma ajuda que permite viver mais um dia, mas que não muda a situação crônica de dependência. É muito mais. É uma intervenção que rompe a estrutura de marginalização. De agora em diante, a pessoa anda com suas pernas, não depende mais da esmola dos outros, criou confiança em si a partir da confiança nele depositada por Pedro.

Esse é o grande “milagre”, que suscita admiração e espanto. Dar esmola era admitido como algo corriqueiro e normal, porque nada mudava na sociedade. Esse tipo de cura e de poder que desencadeia a autonomia do coxo tem influência sobre a sociedade toda. Suscita espanto, porque se percebe que mudam as relações de poder. E tem conseqüências: as autoridades e os professores da Lei ameaçam prender Pedro e João.

Esse episódio bem conhecido, tirado dos *Atos dos Apóstolos*, nos introduz no tema dessas breves considerações: o problema das eficácias das ações que pretendem mudar o mundo. Desde já, podemos perceber a diferença entre uma eficácia mais limitada e provisória, aquela da esmola, e a eficácia da confiança dada ao coxo, que rompe sua situação de dependente.

A conjuntura brasileira atual - de fome, miséria e desemprego - impõe com dramaticidade ainda maior o problema da eficácia: é necessário fazer algo, e de imediato, para combater a fome que está matando o povo. A sociedade está se mobilizando para isso. Multiplicam-se os comitês animados pela campanha da “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, que - pela urgência da situação - quer dar comida para quem tem fome, aqui e agora, sem esquecer de atacar também as questões estruturais.

A questão da eficácia deve interessar a todos. Neste tempo, parece fundamental e prioritária a ação, não tanto a reflexão teórica. O importante é fazer algo, deixando de lado ou para outra oportunidade a discussão. Concordando com tal prioridade, constato ao mesmo tempo muitas iniciativas bem

diversificadas entre si e, conseqüentemente, com diferentes eficácias. Por isso, é sempre necessário e útil avaliar as diversas orientações para esclarecer todas as ações e reconhecer as mais coerentes e mais lúcidas, na medida do possível.

Quero limitar minhas considerações àquelas iniciativas no âmbito do movimento popular que pretendem favorecer o surgimento de uma nova sociedade. Representam um leque bem amplo de atividades a ser simplesmente relatado neste contexto. Trata-se de grupos de conscientização, de organizações de categoria, de projetos econômicos, de movimentos e campanhas, de escolas, de reivindicações, etc. Em particular, tomo em consideração a atuação de entidades de serviço, organizações não governamentais, pastorais, direções de movimentos, de associações e de órgãos de classe, na suposição de que aqueles que habitualmente chamamos de agentes de intervenção, assessores, intelectuais e lideranças tenham sua influência na orientação dos trabalhos.

## **2. TRÊS TIPOS DE TRABALHO**

É certamente difícil tentar enquadrar a riqueza das experiências libertadoras atualmente em curso no Brasil em determinados esquemas que são obrigados a simplificar a realidade. Sem pretender isso, utilizo categorias tradicionais para tomar em consideração algumas experiências em que prevalece a preocupação econômica, outras em que se acentua a dimensão propriamente política e, por fim, iniciativas de simples presença ou acompanhamento de setores populares onde prevalece a dimensão da gratuidade. Sem dúvida, há trabalhos que não devem se enquadrar nesta divisão. Por exemplo, o vasto universo da educação popular formal. O que nos interessa aqui não é retratar tudo o que está sendo feito no Brasil, mas simplesmente refletir sobre certas experiências, na medida em que participam de alguma forma das orientações acima indicadas.

### **A. Dimensão econômica**

Penso nas várias iniciativas de assistência, nos grupos de produção, nas cooperativas de produção e comercialização, nas iniciativas para conquistar terra, terreno, casa... Trata-se de oferecer ou conquistar ou produzir juntos bens econômicos que possam melhorar as condições de vida dos setores marginalizados.

É uma orientação tradicional das entidades de ajuda e, em particular, das igrejas. Hoje, está sendo desenvolvida também pelos meios mais politizados. Por um lado, por razão da urgência da situação; por outro, pela orientação dos governos dos países desenvolvidos, dos bancos mundiais e de várias organizações não governamentais. Foi bem significativo, por exemplo, constatar na última Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra a importância acentuada que assumiram os projetos econômicos alternativos para os lavradores poderem sobreviver na terra.

Evidentemente, tais projetos econômicos, em medidas diferentes, têm sua incidência política. Por exemplo, a "Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida", que distribui alimentos para matar a fome de muitos brasileiros, tem certamente uma dimensão mais política que econômica, pela mobilização que suscitou. Doutra lado, o tal de "humanitarismo" do Banco Mundial e da ONU, incentivando projetos econômicos, esconde, sem dúvida, uma estratégia política do Norte em relação ao Sul.

### **B. Dimensão Política**

Podemos colocar aqui todas aquelas iniciativas que privilegiam a articulação e a organização mais permanentes e globais dos grupos, das diferentes categorias, dos setores da sociedade, com um objetivo explicitamente político. Entram nesta perspectiva novas formas de organização popular,

associações, movimentos reivindicatórios, sindicatos, partidos, centrais... São iniciativas que favorecem a institucionalização (objetivo, programa, normas de pertença, quadros ... ) para ter mais continuidade e poder e que pensam o problema mais global da mudança da sociedade.

É claro que muitas dessas iniciativas podem estar ligadas a uma base mais explicitamente econômica.

### **C. Dimensão de presença**

Trata-se da presença de agentes, assessores e lideranças, principalmente nos setores da população mais excluídos, mas também em determinados âmbitos culturais (índios, negros, mulheres) ou socio-políticos (o âmbito das cidadanias), para entrar em contato com estes setores, reconhecer sua situação, manifestar a própria solidariedade, acompanhar suas iniciativas e, com isso, favorecer um crescimento de consciência e poder. Não se trata tanto de dar alguma coisa ou de favorecer organizações tradicionais, mas de permitir, com a própria presença e confiando no povo, ser catalisador de iniciativas assumidas pelos interessados conforme suas possibilidades e, sobretudo, respeitando sua autonomia.

Típico desse acompanhamento parece ser o **outro**, quer dizer, o respeito à autonomia e criatividade dos outros em seus empreendimentos econômicos, políticos e sócio-culturais. Esse **outro**, ou essa **alteridade**, aparece mais no acompanhamento aos excluídos, mas não só.

## **3. VANTAGENS E LIMITES DE CADA OPÇÃO**

### **A. Na orientação econômica**

Existe aqui, certamente, uma eficácia imediata muito grande. São produzidas e distribuídas “coisas” que conseguem matar a fome, aumentar a renda, proporcionar um emprego... Tudo muito importante, fundamental e necessário, sobretudo na presente conjuntura. Pode-se também alcançar determinada eficácia política, na medida em que se consegue quebrar algumas dependências e criar relações sociais novas. Isto é possível principalmente em experiências menores, que não tenham que administrar grandes recursos. É evidente o alcance dessas iniciativas, que hoje estão se multiplicando, sobretudo para enfrentar o grande problema da fome e do desemprego. Há novidades interessantes que conseguem equacionar melhor o problema da confiança no povo, favorecendo e estimulando sua autonomia e criatividade.

Doutro lado, a dificuldade está no fato de que habitualmente estas iniciativas representam uma solução para um grupo limitado e tomam mais difícil a solidariedade de classe. Nem sempre, é verdade. Mas muitas vezes são atingidos somente alguns "consumidores" que podem se instalar em sua melhor situação. São muitos os exemplos de movimentos comunitários bem animados, esvaziados por intervenções econômicas que criam divisões e dependências.

Além disso, podemos lembrar muitas intervenções, às vezes bem intencionadas, que aceitam tranquilamente doações humanitárias (?) pequenas ou grandes, que são profundamente anti-solidárias, humilhantes e, na prática, colonizadoras.

Creio que se chega a isso quando se superestima a eficácia estritamente material e não se reflete melhor sobre o problema da dependência e das relações sociais que envolvem outro tipo de eficácia, igualmente importante. Principalmente quando não se dá crédito aos interessados e à sua capacidade criativa

## **B. Na orientação política**

Quando se trata de querer mudar as estruturas e criar uma sociedade nova, com novas relações sociais, é claro que se deve falar de eficácia política. Aqui entra a questão de um novo poder e de novas formas de organização para alcançar esse poder. Apesar de muitos falarem da crise do movimento popular, há muita coisa nova hoje, no Brasil, em termos de maior participação popular: nova consciência, novas relações mais igualitárias, maior representatividade, novas metodologias participativas, novas lideranças ... Criam-se novas estruturas e renovam-se as antigas. É verdade que o poder popular é ainda muito limitado e disperso. A fragmentação aparece como fraqueza, mas bem poderia ser, também, a aparência da multiplicidade no concreto..

É neste momento que o problema da eficácia entra e está sujeito a diferentes interpretações. Muitas vezes, são favorecidas determinadas estruturas, mantendo o mesmo tipo de poder - burocrático, elitista, hierárquico. A novidade do poder novo, mais popular, é reabsorvida e esvaziada pelo peso das estruturas tradicionais. Outras vezes, o processo de organização favorece apressadamente uma centralização e globalização, aparentemente mais eficaz. Ao contrário, o processo enfraquece porque as cúpulas, distanciando-se de suas bases, perdem força e poder. Mais ainda, há dificuldade em respeitar e incentivar outros poderes que aparecem na cena política: das mulheres, de grupos raciais, de minorias culturais, etc.

Seria importante repensar o problema da eficácia política e da construção do poder popular. Muitas vezes, o que é atomizado e fragmentário, quando mais participativo e ligado aos interesses dos grupos populares, pode representar mais força que fraqueza.

## **c. Dimensão de presença**

Habitualmente, iniciativas de simples presença nos meios populares são questionadas exatamente por não apresentarem eficácia histórica. E por essa razão são pouco valorizadas. A própria palavra eficácia parece inoportuna para compreender ou avaliar tal orientação. Fica-se no âmbito do subjetivo, sem conseguir matar a fome nem introduzir mudanças estruturais. Aliás, acho que uma das maiores dificuldades desse tipo de iniciativa é o fato de ter que presenciar situações de extrema miséria "sem poder resolver".

Apesar disso, penso que também nesse âmbito podemos descobrir uma grande eficácia. A história recente dos movimentos sociais no Brasil nos revela que muitos espaços e categorias vieram a ocupar o palco dos atores históricos a partir de presenças mais gratuitas. Podemos lembrar as muitas iniciativas nos bairros populares, entre categorias esquecidas como os posseiros, os aposentados, os moradores de rua, as crianças...

Uma orientação de simples presença pode permiti aproximar os setores mais excluídos, que estão aumentando no Brasil. É verdade que encontramos entre eles as mais dramáticas situações de fome, mas é também verdade que existe aí algo de profundamente humano que deve ser reconhecido e valorizado. É através desta presença menos orientada para determinadas ações eficazes que podemos favorecer novos tipos de sociabilidade que integram melhor o econômico-político com o cultural, tradições com novidades, espaços e tempos...

A presença, habitualmente, significa uma solidariedade, um “estar do lado de”, um confiar nos mais fracos. Na medida em que existe uma certa gratuidade, esta pode favorecer a percepção dessa solidariedade e dessa confiança por parte dos “excluídos” e desencadear neles novas forças e novas atividades. Trata-se de uma espécie de “eficácia”.

Aqui, também, os limites e os riscos são grandes. Podemos ficar na auto-satisfação dos agentes, que não constrói nem desencadeia novas energias. Ou atuar de forma paternalista e com uma orientação de solidariedade muito assistencialista.

#### **4. ESCOLHER / ACENTUAR / LIGAR MELHOR**

Deve-se pensar em ritmo lento e em perspectivas de longo prazo mesmo quando certas situações não podem esperar. Acima de tudo, temos diante de nós o desafio difícil e complexo de articular experiências específicas e localizadas com visões e projetos mais globais. Pode-se viver experiências que ficam ilhadas e não contribuem para a mudança da sociedade toda.

Que fazer diante desse quadro acima esboçado? Que significa operar para uma maior eficácia? Parece importante, em primeiro lugar, rejeitar a tentação ou o desejo de escolher uma das três orientações como sendo a mais eficaz ou, pior ainda, a única que permite alcançar uma verdadeira eficácia. Podemos ter preferências pessoais, mas – como vimos – cada caminho tem sua importância e seus limites.

Não se trata, então, de escolher entre essas três orientações, de privilegiar um caminho em lugar de outro. Trata-se de aprofundar o caminho escolhido a partir do reconhecimento de suas vantagens e seus limites e do questionamento que pode provir das outras orientações. Trata-se de favorecer redes de articulações de eficácias alternativas que se possam corrigir, enriquecer e completar entre si. Caminho difícil, porque habitualmente acontece que, para defender o próprio trabalho, questionam-se os trabalhos com orientações diferentes.

Retomemos o episódio do início deste artigo. Apesar de ser tirado de um texto não literalmente “político”, creio que dele podemos extrair um dos critérios fundamentais para avaliar os trabalhos e sua eficácia mais profunda: a confiança depositada nos setores excluídos, pois a eficácia em vista de uma maior autonomia passa pela confiança nas pessoas. Fala-se muito de “povo-sujeito-da-história”. Isto deve ser averiguado no concreto de cada experiência.

Naturalmente, essas afirmações continuam bastante teóricas e devem encontrar mediações mais políticas. É o desafio de todos nós.

No caso de projetos econômicos, a maior solidariedade política poderá provir de sujeitos políticos plurais. Além de favorecer estruturas novas - alternativas - de produção, comercialização, etc, será importante ver como o grupo se relaciona e se confronta com outros grupos semelhantes e com outros grupos diferentes e como acompanha - enfrenta - o desafio do projeto econômico hegemônico.

No caso das organizações mais políticas, é necessário perguntar-se sempre qual a relação entre as direções e as bases, até que ponto estas são ouvidas, podem orientar as decisões, ter uma efetiva participação. Terá que ser questionado o tradicional costume de uma direção central ditar as normas para todos. Qual é o respeito à complexidade, diversidade e pluralismo de situações e temáticas? São respeitadas as exigências econômicas imediatas? Para que isso seja possível, precisamos nos abrir para todo tipo de organização, desde as mais frágeis até as mais estruturadas, favorecendo a construção sempre nova de diferentes autonomias.

As presenças que se pretendem de acompanhamento e solidariedade devem se confrontar com a necessidade de mediações econômicas e políticas concretas. A compreensão e o respeito às pessoas são algo de precioso, mas não modificam as estruturas no nível macro. Como ampliar os laços de solidariedade e as iniciativas comunitárias? Devem ser reconhecidas e favorecidas eficácias

criativas, de sujeitos face a face, capazes de refazer credibilidade e motivos de esperar e amar em gratuidade.

Gostaria de lembrar, para finalizar, a importância da gratuidade. Por indicar uma atitude não somente de compromisso sem remuneração, mas também sem objetivos e motivos pré-estabelecidos, pode ser considerada por muitas como uma ação bonita, mas sem nenhuma eficácia. Ao contrário, a gratuidade também inclui uma particular eficácia. Está relacionada ao amor e à liberdade e pode favorecer energias insuspeitas, capazes de criar novas esperanças e novas autonomias.